

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2012
(Do Sr. MENDONÇA FILHO)

Convida o Sr. Cyonil da Cunha Borges de Faria Jr para prestar depoimento nesta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Excelência, com base no art. 24, VII, combinado com os arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido plenário, seja **convidado** o Sr. Cyonil da Cunha Borges de Faria Jr, Auditor do Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento nesta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira acompanha, estarrecida, o noticiário dando conta de mais um esquema de corrupção dentro do Governo brasileiro. A Operação Porto Seguro investiga a existência de um esquema de corrupção para favorecer grupos empresariais em diversas áreas.

A operação Porto Seguro foi deflagrada na sexta-feira, 23/11/2012, e investiga o envolvimento de servidores do Executivo, de agências reguladoras e do Tribunal de Contas da União num esquema que obtinha pareceres técnicos fraudulentos que eram vendidos para empresas interessadas. A referida operação já resultou no indiciamento de 18 suspeitos de participar do esquema e a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em órgãos do governo federal e inclusive no escritório da Presidência da República em São Paulo e deteve três pessoas.

Segundo notícia da Folha de São Paulo de 27/11/2012¹ “O escritório regional da Presidência em São Paulo era ponto para políticos e empresários encaminharem pedidos de toda ordem. Muitos passavam pelas mãos de Rosemary². Um assessor presidencial garante que ela, no governo Dilma, não tinha poder suficiente para garantir o atendimento dos pleitos, pelo menos daqueles vitais, que necessitavam de aval de ministros ou da própria presidente”.

O assessor destaca ainda que Rosemary Noronha tinha condições de dar encaminhamento aos pedidos. Só isso, diz, pode gerar ruídos e necessidade de explicações, causando prejuízos ao governo federal até que tudo seja esclarecido. Sem falar na possibilidade de alguns pleitos adicionais terem sido atendidos, além dos que a PF já levantou e foram suficientes para o indiciamento da servidora que foi indicada para o cargo por Lula.

Tratam-se de graves suspeitas de favorecimento em setores que movimentam segmentos significativos (da economia), por isso é fundamental analisar todos os fatos, documentos e desdobramentos da operação Porto Seguro.

Ainda, no bojo da investigação do mesmo esquema, o Auditor, citado em epígrafe, teria recebido oferta de dinheiro em 2010 num restaurante japonês na alameda Joaquim Eugênio de Lima, na região central de São Paulo.

A Tecondi, à época, precisaria de um parecer favorável porque o TCU investigava se a empresa usava instalações portuárias que não estavam previstas na concorrência inicial da Codesp, feita em 1998.

Em 2007, o auditor Cyonil da Cunha Borges de Faria Jr escrevera um parecer propondo a anulação de um contrato por conta de irregularidades na licitação. Se o TCU acatasse o parecer, o contrato da Tecondi com a Codesp para operar o terminal de contêineres poderia ser anulado.

¹<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/valdocruz/1191770-operacao-porto-seguro-central-de-pedidos-fechada.shtml>

² Rosemary Novoa de Noronha, servidora, Chefe de Gabinete do Escritório Regional da Presidência da República em São Paulo.

O auditor do TCU disse à PF que não aceitou a oferta de R\$ 300 mil, mas mesmo assim Vieira entregou-lhe dois pacotes com R\$ 50 mil - um antes do parecer que fez e outro depois.

Nesse parecer, ele escreveu: *"No que toca à proposta inicial de anulação do contrato, algumas circunstâncias nos conduzem a entendimento diverso nessa oportunidade, notadamente os investimentos já realizados e em curso nas obras do terminal"*.

Arrependido, ele procurou a PF, devolveu o dinheiro e virou delator.

Portanto, é evidente que os desdobramentos já revelados em razão da citada investigação justificam a atuação institucional do Congresso Nacional, sendo esta Comissão um dos foros adequados para que o convidado, Auditor do Tribunal de Contas da União, esclareça os inúmeros fatos levantados pela presente investigação. Tudo isso, logicamente, em nome da segurança jurídica e do bem-estar da sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2012.

DEPUTADO MENDONÇA FILHO
DEM/PE